

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----ACTA Nº. 6-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2014:

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, no auditório da Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves Salgado e pelos 1.º e 2º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: - Período destinado à intervenção do público; Período antes da Ordem do Dia e Ordem do Dia: -----

- 1) Votação da Acta n.º 05 da Sessão de 13/06/2014; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; ---
- 3) Parecer do Auditor Externo; -----
- 4) Proposta n.º 10/2014 – Ratificação da Alteração do Mapa de Pessoal de 2014; -----
- 5) Proposta n.º 11/2014 – Ratificação da Autorização para recrutamento excepcional de 35 trabalhadores para as Actividades de Enriquecimento Curricular; -----
- 6) Proposta n.º 14/2014 - Isenção da Taxa de Ocupação do Subsolo com conduta de gás natural; -----
- 7) Proposta n.º 15/2014 – Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; -----
- 8) Normas de Funcionamento dos Serviços da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Concelho de Mealhada; -----
- 9) Normas de Funcionamento do Fornecimento de Almoço aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Mealhada – IPSS's; -----
- 10) Normas de Funcionamento do Fornecimento de Almoço aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Mealhada – Encarregados de Educação; -----
- 11) Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização do Luso e das Medidas Preventivas – Informação; -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. O Senhor Deputado Municipal André Manuel Vaz Seco solicitou a sua substituição o que veio a verificar-se por Manuel Amorim da Silva. A Senhora Deputada Municipal Ana Filipa Varela Soares Pereira compareceu mais tarde. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para referir que se iria dar início ao Período destinado à Intervenção do Público, uma vez que foi entregue à Mesa a inscrição para intervenção em nome do Senhor Hugo André M. Alves e Silva.

Comparência de Deputada Municipal – A Senhora Deputada Municipal Ana Filipa Varela Soares Pereira compareceu na sessão às 21 horas e 40 minutos.

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

O Senhor Hugo André M. Alves e Silva interveio, referindo que, na Ordem de Trabalhos, disponibilizada no portal da Câmara Municipal, um dos pontos a ser discutido, é a proposta de eliminação da Taxa de Ocupação do Subsolo com condução de gás. Existe uma situação que foi originada, politicamente, por um executivo que esteve em funções em 2003/2004. Todavia, o que está em causa é uma questão que foi originada e que levou, politicamente a uma situação caótica, não só para os munícipes particulares, mas também, empresas que, potencialmente, se pudessem deslocalizar para este Concelho. A informação prestada aos senhores membros desta assembleia municipal e a todos os munícipes, escamoteia a verdade, na medida em que a justificação para o abaixamento das taxas é justificada com um problema económico-financeiro. E apesar de verdadeira, não é essa que está na origem na taxa de 6,25€, por metro linear, que foram aprovadas à época, e que levam a que durante estes três anos, a população e, principalmente, as empresas, sejam completamente penalizadas e vejam grande parte dos seus recursos serem escoados para algo que, dificilmente, conseguirão recuperar. Assim, pergunta ao Senhor Presidente, o que é a Câmara Municipal vai fazer com mais de um milhão de euros que recebeu em Setembro do ano passado e que, no fundo, está a ser retirado dos bolsos dos munícipes e das empresas?”, Acrescenta que gostaria de ver, como munícipe, medidas concretas de compensação à economia local, que permitissem que a mesma fosse redinamizada com a aplicação directa destas taxas, minimizando o impacto gravoso que esta medida teve sobre as empresas e as famílias. Acrescentou que, não houve por parte da Câmara Municipal esclarecimento aos munícipes quanto ao processo da taxa a ser cobrada por parte da empresa. -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder à questão colocada. -----

O Senhor Presidente, respondeu que, relativamente ao dinheiro recebido em Setembro de 2013, a Câmara Municipal, vai fazer primeiro, vai pagar seiscentos mil euros ao Ministério da Educação, porque com a transferência de competências, e, à medida que se foram reformando funcionários, o Executivo foi recebendo o dinheiro e, ao que parece, indevidamente, e o Ministério apresentou essa conta para pagar. Quanto ao restante, a Câmara Municipal tem muito onde aplicar o dinheiro, por exemplo, o cinema mete água, o edifício da câmara está a cair, o arquivo municipal mete água, o estaleiro precisa de intervenção. Podia ainda dar mais exemplos, pois, sítios onde a Câmara Municipal deve intervir, abundam. Quanto às empresas, o mecanismo de repercussão das taxas é violentíssimo, e não foi o executivo que o determinou, ou seja, nove anos de taxas, e foi isso que a Lusitaniagás teve que pagar, foram repercutidos em três anos e não foi nenhum executivo da Mealhada que fez esta lei. É uma decisão do Conselho de Ministros. O que era normal era o mecanismo de repercussão ser feito pelo mesmo número de anos, correspondentes às taxas. Se elas diziam respeito a nove anos repercutiam em nove anos. Mas, não foi assim. A ERSE, o Conselho de Ministros que tomou essa resolução, obrigou os munícipes a pagar as taxas, retroactivamente, em três anos. Daí o esforço brutal que têm que fazer. O que está nas mãos do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

município, sem discussão, é fazer o que se está fazendo. O ano passado baixaram-se as taxas para um euro e este ano pediu a isenção à Assembleia Municipal. Tudo isto tem uma despesa fiscal, até ao final deste mandato, de cento e setenta mil euros, o que significa um benefício para os particulares e empresas. O Executivo que se seguir, e se seguir a mesma política, reporá a verdade. Mantendo a isenção das taxas. Referiu ainda, considerar justo que o Município tenha uma taxa de solo, pois existem muitas estradas que estão danificadas pelas obras da Lusitaniagás. Como os custos terão que ser pagos por alguém, poderão ser através da aplicação dessas taxas. Se a Câmara Municipal mantiver a isenção de taxas durante sete anos, irá reembolsar os munícipes e as empresas do que pagaram a mais, e para isto, não é preciso nenhuma autorização do Governo, nem do Tribunal com despesas judiciais. Acrescentou que, ao contrário do que foi referido pelo Senhor Município, a Câmara Municipal prestou esclarecimentos à população com a publicação no jornal de um esclarecimento público, bem como, com a carta que a Câmara Municipal recebeu da ERSE e será também dado conhecimento da resposta. Chamando a atenção de que a situação é inconcebível. Referiu ainda que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estando tão preocupada com este assunto, convocou para o dia 26 de Outubro, uma reunião geral com todos os municípios que tenham taxas de ocupação de solo, para chamar a atenção, de uma vez por todas, a quem de direito, para esta situação. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu ter solicitado a oportunidade de prestar uma informação relativamente a um assunto que é do conhecimento da sociedade, que é o mau estar causado por um industrial que não respeitando as leis, vem poluindo, sistematicamente, o ar, a água e o solo, causando diversos prejuízos no Município, com especial incidência nas freguesias de Vacariça e Luso. Pessoalmente, espera que a situação não continue, e se assista ao assassinato da estância termal do Luso, o que seria matar uma das grandes vertentes de intervenção camarária dos últimos vinte anos. O Município definiu, na década de noventa que o Turismo era importante e um dos polos para criar desenvolvimento. Para isso procurou dotar, a principal vila turística, com infraestruturas de natureza desportiva e, ou, recreativas sendo e são dessa época, o pavilhão do Luso, o parque campismo, a valorização do parque, o centro de estágios e também a requalificação do Luso. Conhecendo-se a crise que existe no Luso, se não existissem estas infraestruturas, seria mais grave. E ali que as equipas de futebol fazem os seus estágios, os atletas as suas preparações, e até mesmo, equipas estrangeiras. Tudo isso será posto em causa se continuar aquele atentado ambiental. Acrescentou que, publicamente, gostaria de agradecer ao Senhor Deputado Bruno Coimbra, pois na sequência de atitudes que a Câmara Municipal tinha tomado, o Senhor Deputado prontificou-se para marcar uma audiência com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, reunião que se realizou naquele dia. O Senhor Secretário de Estado, pediu todas as informações e o Senhor Deputado já lhe tinha entregue um dossier sobre o assunto. O Senhor Presidente da Câmara Municipal

prestou todos os esclarecimentos e ficou a promessa do Senhor Secretário de Estado analisar atentamente o assunto, o que pareceu ao Senhor Presidente da Câmara verdadeiro e correcto. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio para fazer referência à Adenda, previamente enviada com o assunto: Ponto 12 - Conselho Municipal de Segurança – designação de Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, tendo submetido a votação a inclusão deste como Ponto 12, o que foi aprovado por unanimidade. -----

A Senhora Presidente da Mesa voltou a intervir, referindo que foi proposto pelo Executivo a análise do assunto: Proposta de Afecção de Parcela de terreno ao Domínio Público Municipal – Proposta n.º 16/2014, apresentado após o envio da convocatória para a presente sessão. Colocada à votação a inclusão do assunto foi aprovada por unanimidade, sendo considerado como Ponto 13. A Senhora Presidente da Mesa deu início ao Período Antes da Ordem do Dia tendo perguntado se alguém queria usar da palavra. Inscreveram-se os Senhores Deputados Municipais Manuel Jacinto Gaspar Silva, António Nogueira das Neves, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Ana Paula Ribeiro Coelho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Vítor Manuel Alves de Matos, Bruno Manuel P. Coimbra. -----

O Senhor Deputado Municipal Manuel Jacinto Gaspar Silva interveio para informar que, na qualidade de representante da Assembleia Municipal, no Conselho Consultivo do Hospital de Anadia, esteve presente na última reunião. O Hospital de Anadia foi adquirido pela União das Santas Casas das Misericórdias e, segundo ordens do Senhor Secretário de Estado da Saúde, a transferência tem que ser feita, impreterivelmente, até trinta e um de Dezembro do corrente ano. Nessa reunião teve conhecimento que o processo está bastante avançado, e que harmoniosamente, o pessoal considerado excedente tem sido transferido para outras zonas perto de Anadia, respeitando as necessidades pessoais. -----

Interveio o Senhor Deputado António Nogueira das Neves, para ler a seguinte intervenção escrita: -----

Soube-se na semana passada, através de um trabalho jornalístico levado a cabo pela revista Visão, que o Ministério Público e a Polícia Judiciária estarão a investigar negócios entre uma empresa municipal – uma espécie de sede de campanha do PSD, tal a promiscuidade – de uma autarquia da área metropolitana do Porto e uma agência de publicidade. Esta empresa que prestou serviços ao PSD em várias campanhas eleitorais, e cuja proprietária é também conhecida pela forma alucinante como abre e fecha empresas há vários anos, apresenta um rol imenso de irregularidades como evasão fiscal e dívidas à segurança social, entre outras. Um dos visados na investigação é um ex-autarca e antigo líder do PSD, não sulista nem elitista, que estará também indiciado de enriquecimento ilícito. -----

O mesmo ex-autarca é também acusado de ter negociado um contrato ruinoso para o erário público de milhões de euros, com uma empresa de recolha de lixo do Grupo Mota Engil, o mesmo grupo a quem o governo se prepara para entregar a Empresa Geral de Fomento, que faz a recolha, gestão e tratamento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de lixos da Grande Lisboa. Provavelmente, não terá sido por acaso que esta empresa deu emprego ao dito autarca após o término do mandato. ----- Soube-se, também esta semana, que o primeiro-ministro não terá declarado ao fisco rendimentos que teria auferido quando esteve ao serviço de uma empresa privada quando era deputado, processo que se encontra em averiguação. ----- De facto, enquanto figuras gradas do PSD, vão engordando os seus proveitos, muitas vezes de forma fraudulenta, à imagem do que se passou com os escândalos do BPN, BPP e outros, os portugueses, principalmente os que menos podem, vão penosamente pagando a fatura: cortes e mais cortes nas pensões, nos ordenados, nas prestações sociais com o esbulho quase total do abono de família; cortes e mais cortes na educação, com ataques sistemáticos à escola pública, enquanto são canalizadas verbas avultadas para os colégios privados; cortes e mais cortes na saúde, que apesar da pompa com que foram celebrados os 35 anos do SNS, grande conquista de Abril, se encontra seriamente ameaçado, pois sabemos que mais tarde ou mais cedo, como é da sua natureza ideológica, este governo neoliberal entregará os hospitais aos grupos privados de saúde que pululam por todo o lado. A gula é tanta e tão rentável, que até se dão ao luxo de abrirem clínicas junto aos centros comerciais, para assim tirarem partido do fluxo de pessoas que acedem a essas grandes superfícies; nos tribunais, uma trapalhada total com a chamada reorganização do mapa judiciário, que fechou dezenas de tribunais colocando os cidadãos mais carenciados longe da justiça, senão mesmo privados dela, prevalecendo a ideia que defendemos há muito, de que a justiça está cada vez mais ao serviço dos ricos e poderosos deste país; os números do desemprego verdadeiramente assustadores, com o desemprego real a rondar um milhão e quatrocentos mil desempregados, e cujos números os governantes tentam por todos os modos camuflar com as engenharias estatísticas: retiram dos ficheiros de desempregados os cidadãos que temporariamente frequentam ações de formação como se de postos de trabalho se tratassem, configurando um enorme embuste. Ainda recentemente o ministro da segurança social se vangloriava com a redução da taxa de desemprego, quando sabemos que por ano emigram 200 mil portugueses e que atualmente frequentam ações de formação cerca de 190 mil. Este mesmo ministro, ufano, anunciou esta semana o aumento do ordenado mínimo para os 505 euros, esquecendo que em 2007 foi feito um acordo com os parceiros sociais que colocaria o ordenado mínimo em 500 euros em janeiro de 2011: tal acordo nunca foi cumprido. ----- Acresce a tudo isto, o encerramento de serviços públicos de proximidade como extensões de saúde, escolas, tribunais, repartições de finanças, juntas de freguesia, serviços de correios e outros, com especial incidência no interior do país, contribuindo desta forma para acelerar ainda mais a sua desertificação. -- Se isto é verdade para o país, também o é para o nosso distrito onde, à difícil situação dos órgãos de poder local não é alheia a política recessiva do governo Passos/Portas, na linha dos anteriores, com o esbulho de 1.300 milhões de euros nas transferências para as autarquias nos últimos 4 anos. Por outro lado, o Governo PSD/CDS lançou uma ofensiva legislativa que levou à criação da Lei dos Compromissos, do Plano de Apoio à Economia Local e ao Fundo de

Apoio Municipal, provocando assim uma ainda maior sangria financeira e a consequente asfixia das autarquias. -----

Também à revelia dos preceitos constitucionais, os governos da política de direita, implementaram e reforçaram as competências das denominadas entidades intermunicipais, cada vez com mais poder e meios, mas vazias de legitimação e controlo democrático das mesmas, o que é preocupante. -----

De facto, só com uma política alternativa, patriótica e de esquerda é possível por cobro a todos estes desmandos que atiram os portugueses para a miséria, fome e desesperança. É esse o combate da CDU. -----

Os eleitos da CDU -----

Isabel Lemos, António Neves -----

O Senhor Deputado Nuno Miguel Cerveira de Melo interveio para informar que, na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal, na passada terça-feira em Coimbra, houve a instalação do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal. Este órgão está previsto na Lei n.º 75/2013 para apoiar à tomada de decisões dos órgãos intermunicipais. Destacou a intervenção do Professor Augusto Mateus, que elaborou o Documento Estratégico da Região de Coimbra, realçando que as linhas mestras, das variáveis sociais, demográficas e sobretudo a ligação da estratégia ao território que é um dos elementos diferenciadores relativamente ao último quadro. Também esteve presente o Senhor Secretário de Estado, Dr. Castro Almeida, que fez considerações relativamente à estratégia da Região Centro e apresentou como data provável para as candidaturas aos quadros comunitários o início do mês de Novembro. O Conselho é constituído por cerca de trinta entidades, entre elas IPSS's, Segurança Social, IEF, ARS's, HUC, IAPMEI, e Associações de Desenvolvimento Local que foram propostas pelas autarquias. -----

Interveio a Senhora Deputada Ana Paula Ribeiro Coelho para fazer uma referência ao assunto da baganha. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara por todo o esforço que tem feito na defesa do problema que afecta todo o Concelho da Mealhada e, não só, a freguesia de Luso. Agradeceu também ao Senhor Deputado Bruno Coimbra pelo esforço que tem feito, pela sua colaboração, e solidariedade, junto da Câmara Municipal, na luta pelo mesmo fim. O agradecimento foi feito em nome de toda a bancada do PS, em nome da freguesia de Luso, da Vacariça, Pampilhosa, Barcouço, Casal Comba, Concelho da Mealhada e em nome pessoal porque é do Luso e, apesar de estar muito tempo na Mealhada, não se consegue desvincular disso. Referiu que na véspera quando saiu do Luso não cheirava a baganha, mas, curiosamente, quando chegou à Mealhada cheirava. Há vinte anos que se desloca à Mealhada e nunca verificou o cheiro com tanta intensidade, o que levou a acreditar que a situação é mais grave do que antes. Para além dos danos ambientais, já referidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, no turismo e no desporto, esses danos ambientais também atingirão a Mata do Bussaco, que é um pouco mais que as Termas do Luso. É património natural do concelho, nacional e um património do mundo, inabalável, pois, não há mais nenhuma Mata do Bussaco. Talvez não tenham sido feitos os estudos que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impunham para analisar os efeitos que decorrem desta poluição que existe há tantos anos, mas, que se tem agravado nos últimos tempos. Apelou para que todos os presentes, junto das freguesias e dos cidadãos, apelassem para que continue a luta, diariamente, da forma que se puder, num esforço conjunto, na defesa do ambiente, da saúde, da biodiversidade e que se defenda a freguesia do Luso, que vive exclusivamente do turismo. Já lhe foi amputado um braço que foram as Termas do Luso, e amputada uma perna que foi a saída da Sociedade da Água do Luso, e o engarrafamento da água. Apelou para que se juntassem à freguesia do Luso na luta, porque se a situação continua irá perder-se o turismo, o que terá consequências graves para todo o Concelho. ---
Interveio o Senhor Deputado Municipal Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, referindo que a sua intervenção vai no sentido de lançar um desafio aos membros da Assembleia Municipal, e à Senhora Presidente, sobre um assunto que já muitas vezes tem sido discutido, que é a mudança de distrito do Município da Mealhada. O facto de o Município da Mealhada pertencer ao Distrito de Aveiro não traz qualquer benefício e tendo em conta as alterações levadas por este Governo, a integração da Mealhada no Distrito de Aveiro só funciona para o círculo eleitoral. Julga que a Mealhada teria vantagens em pertencer ao Distrito de Coimbra, pelo que propôs que o assunto seja analisado numa próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente da Mesa referiu que, uma vez apresentada uma proposta pelo Senhor Deputado Municipal, seria a mesma posta à votação. Votaram a favor os seguintes Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves Salgado, Rodrigo Manuel Gomes Breda, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, António da Silva Laranjeira, António Nogueira das Neves, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. Abstiveram-se os seguintes Deputados Municipais: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Ana Filipa Varela Soares Pereira, António Miguel de Miranda Ferreira, Luís Miguel Pereira Brandão, Isabel Dias Santiago. -----

A proposta foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e oito abstenções. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa interveio para referir que a Assembleia Municipal deveria ter mais cuidado na análise dos assuntos, uma vez que muitos já foram tratados, várias vezes e voltam sempre, em por exemplo, o assunto do gaz, que já foi analisado, debatido, referido nos jornais e, mais uma vez, se falou. Referiu que quando os membros da Assembleia Municipal vêm às sessões devem-se recordar do que já foi tratado. Recordou que na última assembleia foi proposto um nome para uma rua da freguesia da Pampilhosa, tendo votando contra e os restantes Presidentes das Juntas se abstiveram, chamando a atenção que os assuntos das freguesias

não dizem respeito à Assembleia Municipal, pois a proposta deveria ter sido discutida no lugar próprio. Criticou os elementos da Câmara Municipal, em especial, os membros da Pampilhosa, relativamente à informação da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no que se refere às empreitadas para a Pampilhosa que constam da mesma são: - requalificação da passagem superior sul na linha do norte, na Pampilhosa, suspenso; - demolição da fachada da antiga Fábrica das Devesas, em elaboração. Concluiu que não há projectos, não há obras em execução, nem concluídas, solicitando ao Executivo a melhor atenção para a freguesia da Pampilhosa. -----

O Senhor Presidente interveio, esclarecendo que este Executivo quando tomou posse já existiam obras adjudicadas e que o ano de mandato foi para cumprir. Parecia que o anterior Executivo não tinha tido cuidado com a Pampilhosa, o que não era uma crítica, mas a constatação de um facto. O Executivo apresentará o seu Plano de Actividades garantindo ao Senhor Presidente da Junta que haverá obras para a Pampilhosa. -----

Interveio o Senhor Deputado Bruno Manuel Pereira Coimbra para ler uma Moção, que foi previamente distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. Antes da leitura, congratulou a Assembleia Municipal pela acção conjunta, pois foi um sinal importante de apoio à acção da Câmara. Congratulou-se ainda com a lição de superioridade cívica que o povo do Luso, principalmente, e também das freguesias limítrofes, que têm dado na luta e demonstração de indignação. E ainda, pelo facto dos responsáveis políticos do Concelho terem até ao momento demonstrado uma capacidade muito grande, com uma adesão muito grande pela Assembleia, sendo que todos juntos, independentemente, das filiações partidárias, lutarem por aquilo que acreditam. A questão tem um histórico muito complexo, que não pode ser olhada sob o ponto de vista partidário. As queixas remontam a 1998, passando pelos governos de todas as cores partidárias, sendo uma situação muito grave provocada por uma empresa que tem um impacto tremendo sobre a qualidade de vida das populações mas também sobre toda a questão estratégica de um Concelho que investe no turismo. Acrescentou que moção que será posta à votação, não é da responsabilidade da Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada, mas sim de todos os grupos representados, e o que se pretende, ao ser dirigida às entidades nela referidas, lhe que fosse uma demonstração de força de união política e de intervenção sobre uma questão que afecta a todos. A Senhora Presidente da Mesa, procedeu à leitura da Moção, que a seguir se transcreve: -----

-----*Moção*-----
Actividade Poluidora da Unidade Industrial da empresa Alcides Branco & C.^a S.A., situada na Lameira de S.ta Eufemia, Luso -----
A Assembleia Municipal de Mealhada reunida em 26 de Setembro de 2014 reconhece e assinala as lamentáveis e dramáticas evidências de poluição que decorrem da laboração da Unidade Industrial da empresa Alcides Branco & C.^a S.A., situada na Lameira de S.ta Eufémia, Freguesia de Luso, Concelho de Mealhada. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A supracitada empresa tem manifestado total desrespeito cívico e pelo meio ambiente, poluindo o ecossistema onde há dezenas de anos esta instalada, em termos de poluição sonora, poluição atmosférica (odores, fumos e pós), e poluição dos solos e das linhas de água. Regista-se ainda que a origem da poluição envolve todo o processo produtivo, desde o armazenamento da matéria-prima, passando pelo processo industrial de transformação da mesma. Há vários anos que diversos cidadãos, quer em nome individual e/ou representando grupos formais, tem apresentado reclamações junto de órgãos competentes, relativamente a poluição resultante da laboração desta unidade e do seu impacto. -----

Este atentado ambiental e à saúde pública é constante, só se atenuando em período de paragem da laboração industrial, visto que aquando da actividade normal da fábrica os índices de poluição são patentes de uma forma intolerável e incomportável, lesando sistematicamente a qualidade de vida das populações das Freguesias de Luso e Vacariça, e muito frequentemente dos residentes em freguesias limitrofes, onde também se sentem os efeitos nefastos da actividade poluidora desta unidade industrial. -----

Não obstante o reconhecimento da importância económica da componente industrial numa comunidade, esta não pode comprometer a qualidade de vida dos cidadãos que nela residem ou visitam. A poluição originada por esta unidade industrial tem claro e evidente impacto em outros sectores muito mais relevantes e mesmo estratégicos do desenvolvimento económico do concelho, como o setor turístico e o setor desportivo. -----

A Administração desta empresa tem demonstrado total desprezo, quer pela comunidade onde esta inserida - ignorando os apelos das populações do concelho da Mealhada e o potencial económico da região alicerçado no turismo e nas suas riquezas naturais - quer pelos compromissos de regularização dos seus incumprimentos legais, cujos prazos impostos são sucessiva e reiteradamente ignorados. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Mealhada reunida em 26 de Setembro de 2014 delibera: -----

1. Manifestar total repúdio relativamente a poluição sonora, atmosférica (odores, fumos e pós), dos solos, e das linhas de água decorrente da actividade da unidade industrial da empresa Alcides Branco & Cª S.A., situada na Lameira de S.ta Eufemia, Freguesia de Luso; -----

2. Exigir dos órgãos competentes medidas eficazes que façam cumprir a lei e que controlem as praticas industriais desenvolvidas nesta unidade fabril, pondo cobro ao atentado ambiental que polui parte do território do Concelho da Mealhada, com especial enfoco negativo nas freguesias de Luso e Vacariça, destruindo o seu potencial e atividade turísticos e a qualidade de vida dos seus habitantes. -----

3. Apoiar a expressão pública da contestação e repúdio por parte dos cidadãos e da câmara municipal perante a actividade que a empresa Alcides Branco & Cª S.A. desenvolve no Concelho da Mealhada que atenta diariamente contra o meio ambiente e os cidadãos. -----

4. Por último, a Assembleia Municipal delibera fazer chegar esta posição aos seguintes destinatários: -----

Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro Ministro; Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia; Secretário de Estado do Ambiente; Ministro da Economia; Secretário de Estado Adjunto e da Economia; Ministro da Saúde; Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Administração Regional de Saúde do Centro, IP Direcção Regional da Economia do Centro, Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC) Câmara Municipal de Mealhada. -----

Ao abrigo a alínea c) do artigo 23º do Regimento desta Assembleia, os eleitos de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia requerem à sra. Presidente que esta Moção seja apresentada e colocada a votação no Período Antes da Ordem do Dia. -----

Mealhada, 26 de Setembro de 2014 -----

Após a leitura da Moção, a Senhora Presidente da Mesa, pôs à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa deu início ao Período da Ordem do Dia: -----

1 - ACTA Nº 05 – SESSÃO DE 13 DE JUNHO DE 2014: -----

Interveio a Senhora Presidente da Mesa questionando se havia sugestões de correcção à Acta n.º 05 – Não havendo, colocou a mesma à votação. Foi aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Ana Filipa Varela Soares Pereira e António Nogueira das Neves, por não terem estado presentes na sessão, e com os votos a favor dos restantes Senhores Deputados Municipais. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, para solicitar uma alteração à discussão dos pontos da Ordem do Dia e que de seguida fosse analisado o PONTO 11 - Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização do Luso e das Medidas Preventivas – Informação, uma vez que o Senhor Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico, Hugo Fonseca, presente na sessão, para prestar os necessários esclarecimentos, não vive na Mealhada tendo ainda que se deslocar para a sua residência. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à votação o pedido de alteração solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

11 - PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO LUSO E DAS MEDIDAS PREVENTIVAS – INFORMAÇÃO: -----

A Senhora Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir e não havendo ninguém, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sua vez, passou a palavra ao Senhor Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico que fez uma breve explicação sobre o teor da informação em análise. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada, e uma vez que não houve, colocou à votação, a proposta do Executivo Municipal, de “Prorrogação da Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização do Luso e das medidas preventivas”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

A deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

3 - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou queria colocar alguma questão sobre a informação apresentada e não havendo ninguém, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu não acrescentar nada à informação previamente distribuída, que aguardando por algum pedido de esclarecimento dos Senhores Deputados Municipais. -----

A Senhora Deputada Ana Filipa Varela Soares Pereira solicitou informação sobre o processo em curso do Orçamento Participativo. Congratulou-se pelo decorrer do mesmo, uma vez que era uma proposta da Coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada. Apesar de concorda, apresentou alguns reparos, uma vez que existem algumas lacunas que merecem ser corrigidas. Em primeiro lugar quanto à divulgação do projecto, houve falhas na apresentação do mesmo, à comunidade, pois, já na fase final é que muitos dos munícipes se aperceberam da sua existência, apesar de haver alguns “outdoors” informativos. Sendo o primeiro ano, entendeu que deveria ter havido um maior esforço na divulgação junto da população, sugerindo que podia ter sido feita através das associações ou na factura da água. Outra questão, foi a apresentação das propostas que tinham que ser enquadradas numa freguesia não sendo possível apresentar propostas para o Concelho. Referiu ainda que no caso de propostas similares, uma é colocada à votação e outra é considerada como recomendação; e a existência de dualidade de critérios na análise das propostas, uma vez que algumas propostas foram excluídas por ultrapassarem os cinquenta mil euros, e outras, que também ultrapassavam, os valores foram repartidos por vários anos; a votação das propostas, uma vez que uma pessoa poderia votar duas vezes, uma no “site”, e outra, na assembleia participativa, o que não seria o mais correcto num processo democrático. Referiu ainda que, as críticas apresentadas, foram feitas com sentido construtivo para que numa futura edição sejam corrigidas. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio, agradecendo as palavras da Senhora Deputada Ana Filipa pois apresentou algumas ideias positivas. Reconheceu que o Orçamento Participativo foi um “pontapé de saída” para uma ferramenta de gestão e participação das pessoas num processo de

decisão, mas também tem críticas a fazer ao próprio trabalho. Houve algumas falhas, na divulgação do processo agradecendo a ideia de juntar informação à factura da água. Quanto ao facto de haver propostas que ultrapassavam valores e, por isso, terem transitado para os anos seguintes, foi propositadamente, para testar, até que ponto as pessoas consideram essa proposta importante ou não. Se a proposta, por exemplo, que diz respeito a uma IPSS da freguesia de Barcouço, for votada no Orçamento Participativo, dá razão à Câmara Municipal por considerar importante a sua execução, por ser um investimento estruturante e decisivo para a população que está envelhecida. Por essa razão a Câmara Municipal irá inclui-la no Plano de Actividades. Se as pessoas não votarem poderá pensar-se que alguma coisa está errada no estudo feito. -----

Interveio a Senhora Deputada Isabel Lemos, para solicitar ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre alguns assuntos, nomeadamente a recente nomeação do Senhor Presidente da Fundação Mata do Bussaco, pois há cerca de nove meses ouviu-se, na Assembleia Municipal, a defesa entusiasta do Senhor Presidente da Câmara, pondo ênfase no “currículo”, qualidades profissionais, científicas e académicas do Dr. Fernando Correia. Foi com enorme espanto que os Deputados Municipais da CDU souberam, pela comunicação social, a sua substituição pelo Senhor Engenheiro António Gravato com um perfil bem diferente do anterior. Sabendo das fortes limitações da Mata do Bussaco e os desafios que ela implica, perguntou se, após o aparente desaire da escolha do professor universitário, se segue a segurança dum confiança partidária. Referiu que o perfil académico do escolhido é muito diferente do anterior. O Eng.º António Gravato, é engenheiro silvícola, tem estado na administração pública, em cargos ligados à floresta, ajudou a fazer os estatutos da Fundação Mata do Bussaco, lida com questões comunitárias e tem muitos contactos, segundo citação do Senhor Presidente da Câmara. Chamou a atenção para o facto da Mata não ser só floresta, pois existem questões decisivas ao nível de meios, como por exemplo, a recuperação na sequência dos estragos provocados pelo último temporal. Afirmou que a demissão de Fernando Correia foi envolta em algumas contradições, não sabendo se a questão se deveu à comunicação social. Em Maio, aquando da visita à Instituição, acompanhando a candidata Inês Zubert, o anterior presidente insistiu na adesão pela solução fundacional, e perguntou o que mudou em tão pouco tempo e o que falhou na experiência concreta fundacional. Colocou outra questão relacionada com o turismo na Mealhada. O centro de trabalho do PCP, na Rua Dr. José Cerveira Lebre, situa-se no caminho dos peregrinos, onde muitas vezes são solicitadas informações. Perguntou onde se deveriam dirigir estas pessoas para obterem as mesmas, questionando se na Loja das 4 Maravilhas iria ser instalado algum posto de turismo? Interrogou sobre a intenção da Câmara Municipal para as antigas instalações do IVV e sobre empréstimos a algumas instituições. Felicitou o Executivo pela primorosa conservação do Parque da Cidade e pelo protocolo celebrado com a instituição prisional, como meio de recuperação dos cidadãos. O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas referindo que o Senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dr. Fernando Correia renunciou ao mandato e nunca foi posto em causa o seu “curriculum” e conhecimento científico. A única divergência, se assim se puder chamar era o Dr. Fernando Correia achar mais importante para a mata do Bussaco o programa educativo e o Senhor Presidente da Câmara Municipal entender que seria importante, não perdendo de vista o programa educativo, a questão turística. Apesar de não entender isso como diferença, nem motivo, o Senhor Dr. Fernando Correia entendeu que devia renunciar. Perante a situação houve necessidade de encontrar uma alternativa. Pelo conhecimento da sua actividade profissional, foi convidado o Senhor Eng.º António Gravato, que tinha colaborado na elaboração dos estatutos da Fundação Mata do Buçaco, pessoa que conhecia a mata e tinha aptidões técnicas no domínio da floresta. Quanto ao caminho dos peregrinos, tem conhecimento de que foi colocada alguma sinalização. Quanto à obra Loja das 4 Maravilhas será um Posto de Turismo das 4 Maravilhas, com informação turística generalista. Mas, a Câmara Municipal tem uma opção, que é um imóvel localizado na Alameda da Cidade, onde esteve instalado um café. Há quem defenda que seja instalado um posto de turismo generalista; que possa ser um mostruário dos produtores de vinho, associando-se a Rota dos Vinhos à Rota da Bairrada; que seja um espaço de apoio aos serviços do cinema, etc, Há muitas ideias, mas a Câmara Municipal terá que definir o caminho. Quanto às antigas instalações do IVV, existem depósitos gigantescos, umas instalações tipo iglos, instalações envelhecidas, junto à linha e, uma parte mais recente, que é a parte administrativa. O facto de ali se encontrar instalada uma escola de samba, numa parte do edifício, não significa que seja uma cedência definitiva. A Câmara Municipal, de acordo com um, numa das primeiras reuniões, pode procurar um local que seja menos incomodativo para as pessoas, deslocalizando-a para um lugar mais conveniente. Posteriormente, a área deverá ser limpa, arranjada, pintada e ter outra utilização. Agradeceu ainda as palavras elogiosas sobre o Parque da Cidade. -----

Interveio o Senhor Deputado Municipal, Luís Brandão, declarando que sobre o vencimento da proposta, da freguesia de Barcouço, no Orçamento Participativo, deveria a obra ser incluída no Plano de Atividades e a verba que lhe é destinada no Orçamento Participativo ser entregue à proposta que ficou em segundo lugar. Referiu que a Câmara Municipal ao contratualizar os transportes escolares deveria também fiscalizar a segurança dos autocarros, pois já ocorreram acidentes e verificam-se atrasos nos trajectos. Acrescentou que na Agenda Cultural não foi feita referência ao maior evento do Concelho, que dura cerca de três meses, que é a Animação Cultural do Luso, com investimento da Câmara, que é um investimento na Cultura, para captar turistas. Apesar de não ter sido bem divulgado, deve ser aproveitado por toda a população do Concelho e ainda, que gostaria de ser informado sobre: o ponto da situação da Agenda 21 Local, uma vez que em Maio de 2013 foi apresentado o Plano de Acção; o Plano de Emergência Municipal, que em 2011 foi revisto, e até à presente data, não tinha havido mais informação; o relatório do Ordenamento do Território, uma vez que tem que ser feito de dois em dois anos e o ultimo apresentado na Assembleia Municipal foi em 2011. ----

O Senhor Presidente respondeu às questões colocadas pelo Senhor Deputado Municipal Luís Brandão. -----

Concordou com o que foi dito em relação à Animação Cultural do Luso, admitindo que houve falha na divulgação do evento, e corrigiu relativamente ao investimento que não é só da Câmara Municipal, mas também, da Junta de Freguesia de Luso. Acrescentou que no ano seguinte deverá haver algum cuidado com a divulgação deste evento de animação cultural. -----

Quanto à Agenda 21 Local encontra-se na fase de ser um plano de acção e tenta-se passar à fase de execução. -----

O Plano de Emergência Municipal, é mais um plano e se, eventualmente, acontecer um acidente grave no Concelho, terá de se contar com os Bombeiros, funcionários municipais, GNR e serviços de saúde. -----

Quanto ao Ordenamento do Território, segundo informação prestada pelo Senhor Vereador José Calhoa Morais, foi elaborado um relatório em 2013. O Senhor Presidente irá verificar junto dos serviços se está concluído, e brevemente, será apresentado à Assembleia Municipal. -----

Quanto à questão do transporte escolar, a Câmara Municipal tem recebido inúmeras queixas sobre o serviço prestado pela empresa, existindo muitíssimas razões para estar insatisfeita com o trabalho da Transdev. Esta empresa foi sujeita a uma fiscalização pelas autoridades policiais, a pedido da Câmara Municipal, e foram passadas multas e contra-ordenações, por parte da G.N.R., uma vez que se verificaram falhas muito graves. Todavia, a alternativa é muito pouca, pois a empresa tem o exclusivo dos transportes na área do Município e, legalmente, torna-se difícil aos municípios operar nesta área. O contrato com a Transdev foi revisto e a Câmara Municipal irá ter em atenção se a empresa cumpre com o que está contratado. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que tem o pelouro da educação para prestar esclarecimentos sobre os transportes escolares. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu que, diariamente, recebe queixas, por parte das escolas, dos pais, alunos e das Juntas de Freguesia, sobre o mau funcionamento dos transportes escolares por parte da Transdev, Felizmente tal situação não acontece na Pampilhosa porque esta escola usa transportes escolares com outra empresa, que não é a Transdev, que presta serviço de carreira pública. -----

Interveio o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, para felicitar o Executivo pela organização das assembleias do Orçamento Participativo, acrescentando ter concordado com algumas palavras da Senhora Deputada Filipa Varela, discordando do facto da informação não ser muito sustentada, por parte da Câmara às Juntas de Freguesia. Essa informação funcionou, e recebeu a informação necessária com base informática. Felicitou a Câmara Municipal, por ter cumprido uma promessa, ainda que, seja política. Referiu ainda, a preocupação em relação à extensão de saúde de Ventosa do Bairro, por ter tido conhecimento, através de um Edital, a comunicar aos utentes que naquela extensão, no mês de Outubro, não se realizariam consultas. No final do mês de Maio recebeu um telefonema

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Dra. Ana Ernesto, a dar conhecimento que por falta de meios humanos a extensão de saúde de Ventosa do Bairro iria encerrar quatro meses (Junho, Julho, Agosto e Setembro), tendo tido a garantia que em Outubro a extensão de saúde reabriria. Foi confrontado com pedidos de informação por parte dos utentes nada sabendo sobre a situação, pelo que, na segunda feira seguinte contactará com o Senhor Dr. António Campos para ser esclarecido sobre o que se está a passar. Esta situação é preocupante, gostando de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento do encerramento ou não. -----

A Senhora Deputada Filipa Varela pediu a palavra, para responder ao Senhor Presidente da União das Freguesias, referindo que o número votos nas propostas denotava que as propostas não tinham chegado verdadeiramente às pessoas, porque, por exemplo, na União das Freguesias ganhou uma proposta com cinquenta e um votos, o que não é significativo no universo da população.- O Senhor Presidente da Câmara referiu que deveria ser solicitada uma entrevista ao Senhor Presidente da ARS, para tratar dos assuntos da saúde e ser definido, de uma vez por todas, se a extensão é para fechar ou não. ----- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa, passou aos pontos seguintes da Ordem de Trabalhos. -----

3 - PARECER DO AUDITOR EXTERNO: -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Parecer semestral de 2014 do Auditor Externo. -----

4 - PROPOSTA N.º 10/2014 – RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE 2014: -----

Não havendo inscrições, sobre este assunto, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que a alteração ao Mapa de Pessoal se deveu, exclusivamente, à contratação de pessoal para as AEC's. -----

Não havendo mais intervenções, o assunto foi posto à votação, tendo sido a Alteração do Mapa de Pessoal de 2014, ratificado por unanimidade. -----

5 - PROPOSTA N.º 11/2014 – RATIFICAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA RECRUTAMENTO EXCEPCIONAL DE 35 TRABALHADORES PARA AS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: -----

Não havendo inscrições, sobre este assunto, a Senhora Presidente da Mesa, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu que o esclarecimento já tinha sido dado no ponto anterior e que o pedido de ratificação foi justificado pela urgência na contratação. -----

Não havendo mais intervenções, o assunto foi posto à votação, tendo o Recrutamento Excepcional de 35 Trabalhadores para as Actividades de Enriquecimento Curricular, ratificado por unanimidade. -----

6 - PROPOSTA N.º 14/2014 – ISENÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO COM CONDUTA DE GÁS NATURAL:

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Isabel Dias Santiago, que congratulou a Câmara Municipal por ter adoptado esta medida, uma vez que vem colmatar os custos que vêm a ser imputados à

factura do gaz dos consumidores, particulares e empresas. Acrescentou que, a taxa aplicada nos anos anteriores, que existe e vai deixar de existir, era bastante elevada, comparando com taxas aplicadas nos municípios vizinhos. Esse valor de vários anos acabará por ser repercutido na factura do gaz durante três anos, o que, e principalmente, para as empresas do Concelho, irá afectar a competitividade, a criação de novas empresas e, subsequentemente, a criação de emprego, pelo que gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara quais as medidas que tem para a utilização do valor que foi entregue à Câmara Municipal no ano passado e que deverá ser empregue na mitigação da falta de competitividade das empresas por via desta taxa aplicada pela ocupação do subsolo. -----

O Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal tomou uma decisão em relação aos particulares para os isentar dos cinco por cento de IRS que poderia ser cobrado pela Câmara, compensando, um pouco, as pessoas que têm ligação de gaz. -----

Quanto à questão colocada sobre o que a Câmara Municipal vai fazer com um milhão e quatrocentos mil euros que o anterior Executivo recebeu em Setembro de 2013, esclareceu que neste momento a Câmara Municipal detém o dinheiro, pois quando o actual Presidente da Câmara Municipal tomou posse decidiu pagar os empréstimos que a Câmara tinha. Neste momento a Câmara aguarda oportunidades de investimento que surgirão com os fundos comunitários. Mais importante do que tomar alguma medida populista de distribuição de dinheiros, é congregar os recursos financeiros para os utilizar em investimento produtivo na economia local, tentar resolver problemas de regadio, tomar medidas para a agricultura, tentar resolver problemas de distribuição com novos mercados, na Pampilhosa e na Mealhada, e se for permitido, fazer crescer a Zona Industrial de Viaduros para se puder oferecer lotes de terreno a possíveis investidores, baixando o preço dos que restam na Zona Industrial da Pedrulha, estas são algumas medidas, entre outras, que a Câmara Municipal pretende tomar. -----

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, a Senhora Presidente da Mesa colocou o mesmo à votação, tendo sido a Proposta n.º 14/2014 – Isenção da Taxa de Ocupação do Subsolo com conduta de gás natural, aprovada por maioria com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves e com os votos a favor dos restantes Deputados Municipais. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos interveio para fazer a seguinte declaração de voto: “Os Deputados Municipais eleitos pela CDU, abstiveram-se, por acharem que as grandes empresas que ocupam o subsolo devem pagar, e lamentavelmente esse pagamento vai repercutir-se nos consumidores, mas, por uma questão de princípio, a isenção, pura e simples, não é aceitável”.

7 - PROPOSTA N.º 15/2014 – FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período e inscreveu-se o Senhor Deputado Municipal Luís Brandão que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

interveio para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se há algum “feedback” sobre a proposta apresentada no início do mandato, de a taxa dos prédios urbanos passarem para 0,25%. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a proposta elaborada pelo Executivo e aprovada pela Assembleia Municipal, acompanhada de um estudo técnico, foi remetido às finanças. Passado algum tempo, foi recebido um ofício das finanças a solicitar que a Câmara Municipal indicasse os números dos contribuintes a quem se aplicaria a isenção. O Senhor presidente contactou com os serviços, referindo que o pedido não fazia sentido nenhum, tendo-lhe sido informado que seria necessário prestar a informação solicitada. O Senhor presidente considera que houve boicote à medida, prevista na Lei das Finanças Locais. A nova lei das Finanças Locais faz depender de lei habilitante, e por essa razão não foi apresentada a mesma proposta, nem seria legal. -----

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, a Senhora Presidente da Mesa colocou o mesmo à votação, tendo sido a Proposta n.º 15/2014 – Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovada por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

8 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE MEALHADA: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período, e não havendo inscrições, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente que referiu não ter nada a acrescentar sobre o assunto. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo sido as Normas de Funcionamento dos Serviços da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Concelho da Mealhada, aprovadas por unanimidade, e, em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

9 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO FORNECIMENTO DE ALMOÇO AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE MEALHADA – IPSS’S: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período, e inscreveu-se a Senhora Deputada Municipal Ana Filipa Varela, que interveio fazendo referência a uma questão que lhe foi colocada no âmbito do fornecimento dos almoços pelas IPSS’s. No ano passado algumas pessoas foram confrontadas em mais do que uma das IPSS’s do concelho com a obrigatoriedade imposta pela IPSS de inscrever os filhos no ATL, mesmo que não o frequentassem, para poderem almoçar. Apesar de haver acordo entre a Câmara Municipal e as IPSS’s era “aproveitamento” do facto, apesar de compreender as dificuldades financeiras das IPSS’s. Mas, havendo um acordo com a Câmara Municipal não deveria existir esta imposição, pelo que perguntou se realmente o acordo foi feito exactamente para impedir que estas

situações ocorram ou se já existia e o que vai ser feito para este ano para que estas situações sejam corrigidas. -----

O Senhor Vice-Presidente interveio para responder à questão colocada pela Senhora Deputada Municipal, tendo referido que existe um acordo que define que uma criança que almoce na instituição tem que estar inscrito no prolongamento, porque se assim não o fizer a IPSS não pode só servir refeições. Essas normas estão instituídas. -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo sido as Normas de Funcionamento do Fornecimento de Almoço aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico do concelho de Mealhada – IPSS’s, aprovadas por maioria, com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e António Nogueira das Neves e com os votos a favor dos restantes Deputados Municipais. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

10 - NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO FORNECIMENTO DE ALMOÇO AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE MEALHADA – ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra neste período, e não havendo inscrições, colocou o assunto à votação tendo as Normas de Funcionamento do Fornecimento de Almoço aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico do concelho de mealhada – Encarregados de Educação, sido aprovadas, por unanimidade, e, em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

12 – CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA - DESIGNAÇÃO DE CIDADÃOS PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: -----

A Senhora Presidente da Mesa, interveio, referindo que na sequência da deliberação tomada no início desta sessão, foi incluído neste ponto a discussão e aprovação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança. Este ponto da Ordem de Trabalhos será dividido em duas alíneas: Alínea a) – Regulamento Provisório e Alínea b) - Designação de Cidadãos para integrarem o Conselho Municipal. -----

O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, entregou à mesa uma proposta de regulamento em nome da Coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada, que foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Deputada Municipal Paula Coelho, interveio, para apresentar, em nome do PS, uma alteração ao artigo quatro, alínea d) e alínea m), sendo que a proposta é no sentido de alterar o número de elementos para a composição do Conselho e, em vez de serem seis Presidentes das Juntas de Freguesia, passe a ser um só Presidente de uma das Juntas de Freguesia do Concelho da Mealhada. Relativamente à alínea m), propôs alterar, em vez de seis cidadãos, designados pela Assembleia Municipal passe para três cidadãos. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Deputado Luís Brandão interveio, referindo que a proposta é idêntica à apresentada no mandato anterior e a Coligação Juntos pelo Concelho de Mealhada entende que devem fazer parte do Conselho todos os Presidentes das Juntas de Freguesia, para haver uma maior representatividade da população. Quanto ao número de cidadãos designados pela Assembleia Municipal, foi sempre de seis, mantendo-se assim o que existia, sendo três elementos do PS, dois da Coligação e um da CDU. -----

A Senhora Presidente da Mesa interveio, referindo que, uma vez que foram apresentadas duas propostas, seriam as mesmas numeradas de A e B. A Proposta A apresentada pela Coligação Juntos pelo Concelho da Mealhada e a Proposta B apresentada pelo Partido Socialista. -----

Para a Proposta A: Seis Presidentes de Juntas de Freguesia do Concelho;
Proposta B: Um Presidente de Junta de Freguesia do Concelho da Mealhada
Votaram a favor da Proposta A: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Ana Filipa Varela Soares Pereira, António Miguel de Miranda Ferreira, António Nogueira das Neves, Luís Miguel Pereira Brandão e Isabel Dias Santiago. -----

Votaram a favor da Proposta B: Daniela de Melo Esteves Salgado, Rodrigo Manuel Gomes Breda, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, André Manuel Vaz Seco, António da Silva Laranjeira, António Nogueira das Neves, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

A proposta B, de alteração da alínea d) do número um, do artigo quatro – Um Presidente de Junta de Freguesia do Concelho da Mealhada, foi aprovado por maioria, com dezassete votos a favor. -----

Seguidamente a Senhora Presidente pôs à votação as Proposta A: seis cidadãos designados pela Assembleia e Proposta B: três cidadãos designados pela Assembleia. -----

Votaram a favor da Proposta A: Manuel Jacinto Gaspar Silva, Bruno Manuel P. Coimbra, Maria Clara Luxo Correia, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Ana Filipa Varela Soares Pereira, António Miguel de Miranda Ferreira, Luís Miguel Pereira Brandão e Isabel Dias Santiago. -----

Votaram a favor da Proposta B: Daniela de Melo Esteves Salgado, Rodrigo Manuel Gomes Breda, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Jorge Filipe de Almeida, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, André Manuel Vaz Seco, António da Silva Laranjeira, António Nogueira das Neves, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Manuel Lindo Cardoso, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes. -----

Após a votação a proposta B, de alteração da alínea m) do número um, do artigo quatro – Três cidadãos designados pela Assembleia Municipal, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor. -----

Seguidamente, a Senhora Presidente colocou o Regulamento provisório à votação, com as alterações já aprovadas de acordo com a votação anterior. O Regulamento provisório do Conselho Municipal de Segurança, foi aprovado por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

A Senhora Presidente da Mesa, referiu que, uma vez que este ponto da Ordem de Trabalhos foi dividido em duas alíneas, iria ser feita a nomeação do cidadão que irá integrar o Conselho Municipal de Segurança. e perguntou se havia propostas para o representante das Juntas de Freguesia do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

A Senhora Deputada Paula Coelho, interveio, para propor, em nome da bancada do PS, o Presidente da União das Freguesias da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes, Senhor João Carlos Ferreira dos Santos. Não havendo mais propostas, a Senhora Presidente da Mesa, pôs à votação, por escrutínio secreto, nos termos do n.º 3, do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a única proposta, apresentada, tendo sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor e oito abstenções.-----

Posteriormente, a Senhora Presidente da Mesa, passou à designação dos três cidadãos para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, pelo que solicitou aos Senhores Deputados Municipais a indicação de nomes. -----

A Senhora Deputada Paula Coelho, indicou, em nome da bancada do PS o Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis. -----

O Senhor Deputado Municipal Luís Brandão, em nome da Coligação Juntos Pelo Concelho da Mealhada, indicou a Senhora Deputada Municipal Maria Clara Luxo Correia. -----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Lemos, em nome da CDU, indicou o Senhor António da Silva Breda. -----

13 – PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AO DOMINIO PÚBLICO MUNICIPAL: -----

Não havendo inscrições para este ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu tratar-se de necessidade legal de passagem para o domínio público de um terreno para legalização da situação. -----

Não havendo mais intervenções sobre o assunto, foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, e, em minuta, para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pela 1 hora e 30 minutos do dia 27 de Setembro, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, por mim, _____ Maria de Laçate Mendes Ferreira e Godinho, Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----